

Homenagem a Alexandrino Severino: Essays on the Portuguese World. Edited by Margo Milleret and Marshall C. Eakin. Austin, TX: Host Publications, Inc., 1993. 274 p.

O presente volume inclui uma coleção de dezessete ensaios sobre três áreas cuidadosamente distribuídas: 1. Literatura portuguesa e lusófona, 2. Lingüística e língua e 3. Teoria e história literárias. O critério adotado pelos editores responde não só de modo adequado mas justo aos campos de trabalho que Alexandrino Severino freqüentou. O gosto pelo ensino da língua portuguesa e a mobilidade crítica e pedagógica do homenageado se refletem na escolha dos temas abordados pelos ensaios que agora nos ocupam. É sabido que Severino se relacionava, ao mesmo tempo, com as literaturas portuguesa, brasileira e americana, produzindo entre elas um casamento feliz que se faz transparecer no seu labor crítico.

A primeira seção do livro abre com um ensaio exemplar de Massaud Moisés sobre Camões, no qual o historiador literário reanima as tradicionais discussões em torno do ambíguo episódio d'*Os lusíadas*, a "Fala do Velho do Restelo". Este estudo, depois de repassar as várias formulações já feitas sobre o célebre trecho camoniano, elegantemente consegue articular novas especulações de caráter histórico-literário para dar conta de uma passagem pujante e rica de significados. Mencionei há pouco a palavra *ambíguo*, e é nesta ordem das coisas – como o são as narrações de Ugolino e de Ulisses no Inferno de Dante – que Moisés lida com uma das preciosidades dos grandes poemas épicos, o seu caráter ambíguo ou enigmático.

Dando um passo atrás no tempo, o instigante ensaio de J. Richard Andrews nos leva à Idade Média para contemplar a estrutura binária que o autor encontra no *Auto de Mofina Mendes*, de Gil Vicente. Após demonstrar o binarismo da peça, empregando um método quantitativo pouco eficaz, Andrews apresenta na sua conclusão uma proposta de leitura enriquecedora que faz inverter as bases hierárquicas das personagens femininas. Segundo esta inversão, Gil Vicente faria da pastora “Mofina uma personagem mais interessante que a Virgem”. Resta definir, contudo, esse último adjetivo, pois o artigo termina aí sem que o leitor/leitora possa satisfazer sua curiosidade.

Os dois artigos que seguem sobre Fernando Pessoa, o de Ellen Sapega e o de George Monteiro, são no melhor sentido do gênero comentários editoriais que, como tais, costumam ser úteis e indispensáveis ao especialista pessoano. São mais do que isso. O primeiro é uma rigorosa análise dos diferentes critérios empregados nas edições portuguesa e inglesa do *Livro do desassossego* do poeta português. O segundo, uma minuciosa investigação bibliográfica e estilística sobre uma tradução inédita realizada por Pessoa da *Scarlet letter* de Hawthorne.

Ronald W. Sousa introduz o quinto ensaio da coletânea, cujo tema central também é Fernando Pessoa. Partindo do pressuposto de que a estatura literária do poeta, no (e para o) contexto europeu, é “inventada” por alguns críticos (e.g. Mar Alegre, J. do Prado Coelho), Sousa passa a elaborar uma teoria de apropriação hermenêutica realizada por essa mesma crítica, segundo a qual quaisquer leituras que não se acomodem aos parâmetros da análise imanentista serão descartadas como inadequadas ou inaceitáveis. Já veremos como mais adiante esse mesmo tema voltará a ser discutido por Roberto Reis no contexto brasileiro. A teoria de Sousa, sem dúvida alguma, assinala um componente político de todo fazer crítico que merece nossa atenção quando o gesto crítico se percebe radicalizado pela sua tirania ou pelo seu monopólio. Porém, se atenuado por uma tendência de escola ou motivado pela força persuasiva da retórica do crítico, o gesto nesse caso teria pouco a ser criticado, restando-nos reconhecer que o poder de convencer do crítico “falou mais alto”. Contudo, o verdadeiro debate que

largamente empreende Sousa se realiza com base no binômio Europa-Portugal. Poderíamos dispensar vários trechos dessa discussão um tanto estéril se tivéssemos em mente, desde o início, que Pessoa é Portugal e Europa, o que significa que é também universal. Não se sabe muito bem onde se quer chegar com esse ensaio. Que os impulsos de época, além da literária, moldam também a atividade crítica não é nenhuma novidade. O próprio ensaio de Sousa vem a provar que essa atividade em nossos dias procura deslocar o foco de atenção de leituras precedentes para outros ângulos. Não seria, então, essa uma tendência natural e intelectualmente saudável de todo pensamento analítico?

As seguintes páginas da seção, de Mary L. Daniel, são notícias históricas sobre a obra do escritor angolano Arthur Maurício Pestana dos Santos, o Pepetela. Daniel nos entrega breves sinopses de três dos mais conhecidos relatos do ficcionista africano: *Mayombe* (1980), *Yaka* (1984) e *Lueji* (1990). Nelas a autora coloca em questão a validade de uma abordagem mítica da realidade angolana, principalmente no contexto das lutas políticas. Aderir à tradição ou ao progresso? Aos mitos europeus ou africanos? Esses são os termos que marcam os impasses vividos pelas personagens romanescas de Pepetela.

Dos três artigos seguintes que formam a seção "Linguística e língua" do livro, o último, de William W. Megenney, "Helvecian Portuguese: Vernacular Dialect or True Creole", tece comentários sobre algo que o leitor/leitora julgará prescindível no contexto dessa coletânea: uma inverossímil língua estudada por um grupo (um par?) muito restrito de investigadores. O insólito da questão surpreenderia até os habitantes borgianos de Tlön. O primeiro artigo, contudo, de Richard A. Preto Rodas, noticia, a título de curiosidade ortográfica, o impacto da reforma linguística no mundo lusófono e as conseqüentes disputas entre os vários grupos nacionais com vistas a conseguir um espaço hegemônico no universo afro-luso-brasileiro. Milton M. Azevedo completa a série com uma análise pormenorizada e criteriosa da fala vernácula na obra de Álvaro Cardoso Gomes, *O sonho da terra*.

No penúltimo bloco dos escritos críticos de *Homenagem*, encontram-se de início dois estudos rigorosos sobre José de Alencar. Embora os critérios de análise do primeiro, de M.

Elizabeth Ginway, sejam diferentes dos do segundo, de Luiz F. Valente, ambos os autores oferecem comentários críticos que nos ajudam a mapear a área épica no romance alencariano e a contemplar as limitações do projeto nacional indigenista do escritor cearense, respectivamente. Em ambos os casos, os autores recuperam a validade que atualmente uma leitura como a de *Iracema* possa ter, a despeito das defasagens com relação à sua visão de mundo apresentada, podendo assim esse romance contribuir para uma melhor compreensão das contradições e da fragilidade de projetos nacionais dessa ordem.

Outro ensaio, de Randal Johnson, examina o papel social dos artistas e intelectuais, e o conceito de intenção artística e cultural segundo o entendia Mário de Andrade. Apresando-se a concluir sobre a complexidade do pensamento marioandradino, Johnson não poupa adjetivos como “paternalístico” e “autoritário” atribuídos ao escritor paulista, quando define a visão de Mário com relação à função social da arte e a natureza dos museus. O elitismo de Mário de Andrade é colocado à prova, sem que Johnson nos explique quais seriam as alternativas fora e dentro do contexto de época. Utilizando *O banquete* como tribuna para demonstrar as contradições da prática intelectual de Mário, Johnson se esquece de salientar, embora o conceda de passagem, que é justamente a consciência dessa inconsistência por parte do autor de *Macunaíma* que nos brinda uma obra equilibrada, humana (i.e., com todas as suas limitações) e pouco dada às “grandes verdades” de um pensamento monolítico, porque a utopia em Mário nunca contracenou com o radicalismo.

Seguindo na trilha dos estudos sobre Mário de Andrade, Severino J. Albuquerque nos mostra de modo iluminador como na galeria das obras teatrais modernistas, *Moral quotidiana*, *tragédia*, *Eva* e *Café e tragédia secular*, todas de Mário, ganharam pouca visibilidade e atenção crítica, tanto na década de vinte como depois. Que o teatro não tivesse engrossado a fila dos alardes modernistas, Albuquerque não só constata como também procura ver as causas. Pioneiro pela meticulosidade e rigor de sua análise de uma das peças (*Café*), vista à luz da participação política de Mário na vida artística durante o Estado Novo, o estudo de Albuquerque dissipa algumas das dúvidas que o ensaio de Johnson formula em

torno das visões social e política do escritor relacionadas com as artes.

Lúcia Helena termina a seção sobre literatura brasileira com um exame de dois recentes romances em que o assunto "gênero" (gender) na sua acepção mais atual é tratado: *O último verão de Copacabana*, de Sônia Coutinho (1986), e *Diana caçadora*, de Márcia Denser (1986). Aqui Helena apresenta a situação do romance alencariano em que a mulher está – traduzindo as suas palavras – “irremediavelmente presa aos grilhões do patriarcalismo”, e contrasta essa ótica com a nova situação da mulher dada pelos dois romances estudados. Neles encontramos o desmascaramento de um sistema patriarcal semelhante ao do século XIX, que deixa entrever em suas malhas de dominador o desejo de fixar a mulher em termos de uma imagem estável e estabilizadora.

O presente volume encerra com uma série de três ensaios sobre história e teoria literárias, ensaios que, por serem os mais polêmicos, infelizmente, não terão a oportunidade de ver suas teses submetidas ao diálogo, no caso de dois de seus autores que recentemente deixaram um vácuo triste entre nós: Francisco Caetano Lopes Jr. e Roberto Reis. O terceiro participante, Bobby J. Chamberlain, abre a seção discutindo a tão repisada antropofagia cultural brasileira, que hoje já corre o risco de devorar-se a si mesma. O debate sobre a nossa especificidade, seja em literatura ou em crítica literária, é largamente conhecido. Para citar um só exemplo, e sem intento de polarização, Chamberlain apresenta as teses de Roberto Schwarz e Haroldo de Campos no que diz respeito ao velho problema da deglutição artístico-cultural da Europa pelo Brasil, para concluir com certa reserva que a crítica que se apropria do debate não estaria isenta de estar também profundamente influenciada pelo discurso teórico do chamado “Primeiro Mundo”. É difícil ver por que haveria tal desvantagem em ser pouco autóctone, quando o conceito de especificidade perdeu de há muito tempo vigência entre nós, e talvez nunca tivesse existido, como sugere Antonio Candido em seus estudos de história literária. O ensaio, se bem que rico em algumas argumentações, franca e lamentavelmente pende para o simplismo de uma conclusão baseada num pensamento igualmente simplista de uma estudiosa pouco afeita às sensibilidades

latino-americanas, Jean Franco. Dizer que nossos povos são mais dados ao "realismo mágico" do que ao pensamento racional ou lógico, como quer Franco, não é somente uma miopia etnográfica, como não deixa de ser também um erro quando não se compreende o que realmente significa o realismo mágico, sempre trivializado por essa mesma crítica.

As páginas de Lopes Jr. dedicadas à questão da Pós-Modernidade no Brasil e as de Reis ao sistema intelectual brasileiro nos convidam a uma excelente ocasião de repensarmos a evolução do pensamento intelectual e artístico no Brasil fora e dentro da ficção. Em Lopes Jr., sempre apoiando-se numa mente arejada e serena como a de Silviano Santiago, vemos a noção do pós-moderno esbater-se na porta do tempo que obriga alguns a lidarem precariamente com tal conceito, ora adotando uma postura histórica de distanciamento para medir as dimensões pós-modernas de certas obras, ora empregando um procedimento mais corrente, e por certo mais falho, de inventariar obras, encaixando-as em compartimentos ossificados. O artigo de Lopes Jr., calcado também em E. Said, nos alenta a uma reflexão fértil sobre os pressupostos políticos (cf. Costa Lima) que estão sempre nas bases de semelhantes discussões.

Finalmente, nas páginas de Roberto Reis, leio que o discurso de uma certa crítica – parte dela eminente – tem sido comparado ao "caráter autoritário que assume o discurso cultural no Brasil". Não discuto a boa vontade desses curiosos símiles nem o aspecto repetitivo que faz retomar as discussões de Sousa em ensaio anterior já comentado, mas os julgo generalizadores e incompletos. Reclama-se do monopólio criado por alguns críticos brasileiros. Quando retirado do contexto dos regimes repressivos (i.e., Primeira República, Estado Novo, nova ditadura militar a partir de 64), adivinho que a causa secreta da queixa seja o inconformismo de alguns por não lograrem, em nível de *status* intelectual, a paridade desejada com os detentores do poder da escrita. Entretanto, parece que não é bem esse o caminho que o ensaio toma. O outro, trilhado e lucidamente percorrido por Reis, é o do controle autoritário da cultura visivelmente manifesto no cinema, no teatro, na música e na arquitetura. Menos visível, como alerta o autor, é o "patamar ideológico que está entranhado, notadamente,

nas zonas de sombra do Modernismo brasileiro". Para esse tema, teremos de esperar que outra mente instigante como a de Reis venha a dar conta de suas complexidades.

Leopoldo M. Bernucci
University of Colorado at Boulder